



Waldemir Barreto/Agência Senado



O governista Marcos Rogério conversa com Omar Aziz, durante a sessão: parlamentar acusa o presidente da CPI de agir com parcialidade



Quando é alguém que pertenceu ao governo, (Aziz) age de maneira totalmente diferente, com abuso de autoridade, em afronta à lei"

Marcos Rogério (DEM-RO), senador governista



É um absurdo. Não tem competência (Aziz). Estão extrapolando as funções"

Carlos Heinze (PP-RS), senador governista

Memória

Outros casos

Comissões parlamentares de inquérito decretaram prisão de depoentes em outras ocasiões. Em 1999, na CPI do Bancos, o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes se negou a assinar um termo de compromisso de só falar a verdade. O então presidente do colegiado, senador Bello Parga (PFL-MA), deu voz de prisão a Lopes por desobediência e desacato. Em 2001, a CPI Mista do Roubo de Cargas determinou a detenção do comerciante Arlindo Manfroi por falso testemunho e obstrução

dos trabalhos da comissão. A determinação foi do presidente do colegiado, o então deputado Robson Tuma (PL-SP). Três anos depois, na CPI do Banestado, o ex-prefeito de São Paulo Celso Pittar recebeu voz de prisão do presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) por desacato. Pelo mesmo motivo, foi decidida a prisão do advogado Marcus Valerius de Macedo, na CPI dos Correios, em 2006. O colegiado era presidido pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Tropa de choque vê "abuso de poder"

Senadores governistas acusam o presidente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSD-AM), de abuso de autoridade por ter dado voz de prisão ao ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde Roberto Dias. O parlamentar afirmou que o depoente cometeu perjúrio na sessão do colegiado. O ex-dirigente foi parar no colegiado depois que outro depoente, o policial militar de Minas Gerais Luiz Paulo Dominghetti, o acusou de pedir propina de US\$ 1 por dose de vacina ao negociar a compra de 400 milhões de unidades da AstraZeneca.

O senador Marcos Rogério (DEM-RO) sustentou que Aziz violou o artigo 9º da Lei 13.869/2019, sobre abuso de autoridade. O trecho citado diz que é abuso "decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais", com previsão de pena de um a quatro anos de prisão e multa. "Lamentável. O presidente da CPI perdeu totalmente as condições para tocar a CPI. Vieram vários outros depoentes que fizeram acusações, mentiram, falsearam, apresentaram áudios na CPI que não condiziam com a verdade do que estava sendo dito e, mesmo diante do flagrante clássico, negou-se a prisão", disparou. "Vem um outro depoente, eles querem que ele fale o que eles querem ouvir, o depoente não fala e eles dão voz de prisão. É um caso clássico de abuso de autoridade."

Os governistas chegaram a tentar anular o ato de Aziz junto à Mesa Diretora do Senado, mas a articulação não surtiu efeito. "Não houve, no caso mencionado, a caracterização do falso testemunho. Você não classifica como falso testemunho o que alguém diz, e você acha que não é. Tem de ter um fato e esse fato tem de ser uma evidência capaz de ser demonstrada em um processo", enfatizou Marcos Rogério.

Ele também acusou Aziz de atuar "com dois pesos e duas medidas". "Quando é contra o governo, ele é leniente, tolerante. Faz apelo dizendo que não vai fazer (determinar prisão) em razão da família do cidadão. Mas quando é alguém que pertenceu ao governo, age de maneira totalmente diferente, com abuso de autori-

dade, em afronta à lei", frisou.

O senador Carlos Heinze (PP-RS), também governista, concordou. "É um absurdo. Não tem competência (Aziz). Estão extrapolando as funções. Semana passada, confiscou o celular do Dominghetti", disse.

Ainda na sessão, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), fez um longo apelo a Aziz. Disse que o presidente da CPI sempre buscou equilíbrio e tem oferecido garantias a todos os depoentes "sem nenhuma quebra dos direitos que estão assegurados na Constituição". "Esta CPI é acompanhada não só pelo Congresso Nacional, mas por toda a sociedade brasileira", afirmou. "Parece-me que a melhor decisão é (...) no sentido de a gente concluir esta reunião e encerrarmos o depoimento do sr. Roberto Dias, que já foi aqui exaustivamente sabatinado sobre os diversos aspectos dos fatos que determinaram a sua convocação a esta CPI", insistiu. Aziz não aceitou.

Divergência

Especialistas divergem sobre a determinação. O advogado David Metzker, diretor Cultural e Acadêmico da Associação Brasileira de Criminalistas no Espírito Santo (Abracrim-ES), ressaltou que a prisão tem base legal e que mentir em comissões de inquérito pode render até quatro anos de reclusão. "Ele foi preso em razão de ter feito afirmação falsa e negado a verdade, configurando, assim, crime previsto no artigo 4, inciso II da lei 1579, cuja a pena é a mesma do crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 do CP (Código Penal)", destacou. "Ele foi preso em flagrante, o que pode ser feito por qualquer pessoa que esteja diante de uma conduta criminosa."

Fernando Parente, professor de processo penal no Instituto de Direito Público (IDP), viu exageros na decisão. "É mais uma atitude autoritária dele (Omar Aziz), determinando a prisão de uma pessoa que estava respondendo às questões e, aparentemente, não há motivos para dizer que ela está mentindo. Portanto, é uma prisão ilegal", frisou. (Luiz Calzagno, Bruna Lima, Sarah Teófilo e Renato Souza)

Comissão convoca reverendo

A CPI da Covid aprovou, ontem, a convocação do reverendo Amilton Gomes de Paula. Em março deste ano, o religioso recebeu aval do Ministério da Saúde para negociar a compra de 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca em nome do governo brasileiro. Ele é presidente da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah).

De acordo com o vice-presidente do colegiado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o valor das vacinas negociadas pelo reverendo era de US\$ 17,50. "Três vezes mais do que o Ministério da Saúde pagou em janeiro a um laboratório indiano. O valor também é bem maior do que o mencionado pelo policial militar Luiz Paulo Dominghetti, que se identifica como intermediário entre a Davati e o Ministério da Saúde na mesma negociação de 400 milhões de doses. Ele informou que o valor da vacina vendida era de US\$ 3,50", argumentou.

A CPI também aprovou a convocação do servidor do Ministé-

rio da Saúde William Amorim Santana. Segundo Rodrigues, ele "tem conhecimento de informações relevantes" sobre o contrato celebrado entre a União e a empresa indiana Bharat Biotech para a compra de 20 milhões de doses do imunizante Covaxin.

A comissão ainda chamou para depor a diretora-executiva da VTCLog, Andreia Lima. A empresa é contratada pelo Ministério da Saúde para receber, armazenar e distribuir as vacinas contra o coronavírus.

Francieli Fantinato

Hoje, a pedido do senador Otto Alencar (PSD-BA), a CPI vai ouvir a ex-coordenadora do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde Francieli Fantinato. Segundo o parlamentar, a servidora editou nota técnica aos estados recomendando a vacinação de gestantes que tinham recebido a primeira dose da AstraZeneca com

qualquer vacina que estivesse disponível, sem nenhuma comprovação de segurança ou eficácia disso nas grávidas. Conforme o parlamentar, esse procedimento, chamado intercambiabilidade, provocou mortes no Brasil.

Em 8 de junho, quando o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, prestou depoimento à comissão, o assunto provocou uma discussão entre os dois. Alencar disse que o fato era muito grave e que as pessoas "não podem ser usadas como cobaias". Além disso, segundo o senador, a Pfizer traz em sua bula que não deve ser aplicada em gestantes.

A exoneração da servidora foi publicada em 30 de junho no Diário Oficial da União. Segundo o ministro, ela pediu para deixar o cargo.

Francieli Fantinato também foi alvo de quebra de sigilos telefônico e telemático por parte da comissão de inquérito. A iniciativa partiu do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). (Com Agência Senado)

Responsabilidade

O PNI é ligado ao Departamento de Imunização e doenças transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde e é responsável por definir os calendários de vacinação considerando a situação epidemiológica, com orientações específicas para crianças, adolescentes, adultos, gestantes, idosos e povos indígenas. Em seu requerimento, Alessandro Vieira alegou que o ritmo de vacinação no Brasil segue lento e, nesse cenário desfavorável, é preciso identificar de que forma os gestores públicos responsáveis têm atuado.

Bolsonaro nega corrupção

O presidente Jair Bolsonaro admitiu, ontem, que existem pessoas "com interesse" no Ministério da Saúde, diante de orçamento diário de R\$ 550 milhões da pasta. O orçamento atrairia pessoas com a intenção de "entrar lá e fazer besteira".

Bolsonaro, porém, voltou a afirmar que, apesar da propensão para malversação de recursos públicos e dos supostos esquemas envolvendo a pasta, seu governo não tem casos de corrupção. "Não compramos uma dose (da Covaxin), não pagamos um centavo. Estamos há dois anos e meio sem corrupção", disse, em entrevista à rádio Guaíba, do Rio Grande do Sul.

Segundo o presidente, uma vez que o governo não comprou doses da vacina Covaxin, contra a covid-19, nem fez o pagamento das reservas, não é possível afirmar que houve desvios de recursos públicos.

A CPI da Covid no Senado, no entanto, apura irregularidades no contrato de compra dos imunizantes, entre elas a disparidade de doses da vacina contratada e ausência de fiscalização, ainda que temporária.

Na entrevista, Bolsonaro frisou, também, que "nenhum lugar do Brasil recebeu vacina que não seja do governo federal". A declaração vem na esteira de questionamento dele da eficácia da CoronaVac, desenvolvida pelo Instituto Butantan, de São Paulo,

primeira vacina contra a covid-19 a ser aplicada no país e que integra a lista de imunizantes do Plano Nacional de Imunização (PNI).

O chefe do Planalto ainda responsabilizou jornalistas por reações intempestivas e pela associação entre o governo e supostos atos de corrupção na aquisição de vacinas. "De vez enquanto, eu dou uns coices mesmo. É lamentável o nível das pessoas que nos entrevistam."

Contradição

Ele já disse, mais de uma vez, não ter conhecimento de tudo o que ocorre no governo. "São vinte e dois ministros. Um orçamento enorme. Como é que tenho conhecimento de tudo o que acontece? Agora, quando acontece alguma coisa, toma providência. Pode haver corrupção? Pode. Sempre falei isso aí. Agora, acusar de corrupção... Não foi comprado nada, não foi gasto um centavo, não recebeu nada", afirmou, na segunda-feira.

Com a crise e o avanço das investigações sobre irregularidades na compra de vacinas, a popularidade de Bolsonaro caiu, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT), divulgada também no início da semana. A avaliação negativa do governo, que soma aqueles que consideram a administração do país ruim ou péssima, saltou de 35,5% em fevereiro para 48,2% neste mês.

Agência Senado/Divulgação



Amilton Gomes recebeu aval do Ministério da Saúde para negociar vacinas